



GT- GESTÃO SOCIAL, REFORMA AGRÁRIA E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Modalidade da apresentação: Comunicação oral

AValiação DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES DA COMUNIDADE INDÍGENA MENDONÇA DO AMARELÃO EM JOÃO CÂMARA/RN

Naira Cristina Ribeiro Pimentel
Thainara Melo da Cruz
Everton Chianca de Medeiros
Maximilla Claudino Bezerra

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo avaliar os sistemas agroalimentares familiares da comunidade indígena Mendonça do Amarelão, em João Câmara, interior do Rio Grande do Norte, após identificação de insegurança alimentar em levantamento realizado pelo CONSEA e, com isso traçar um planejamento para aperfeiçoamento de suas respectivas produções. Foram feitas visitas aos quintais produtivos da comunidade para reconhecimento da realidade local e consultas aos moradores acerca de suas produções animais e vegetais. Ficou constatado que há pouca produção de alimentos dentro da comunidade, onde realizam produção individual, majoritariamente para consumo próprio, ou venda local ocasionalmente. O desafio atual enfrentado por eles é a questão da falta d'água, tanto para consumo próprio como para utilização animal e manutenção das hortas. Foi proposta a implantação de um modelo de sistema agroecológico integrado de produção de aves e hortaliças, onde será possível conciliar as duas produções em um local, de forma agregada e sustentável.

Palavras-chave: Segurança Alimentar, Comunidade Indígena, Produção Agroecológica.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a lei 11.346/2006 a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), adotado no país em Conferência Nacional, é definida como a "realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis" (BEZERRA; OLINDA, 2017).

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), mensura essa situação que pode variar desde o grau mais leve, no qual há preocupação pela incerteza de acesso aos alimentos, até o nível mais grave, que se caracteriza pela presença da fome (ALMEIDA; SANTOS, 2016).

Segundo Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (2006) a segurança alimentar e nutricional abrange de acordo com o (Art. 4º), I – ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar; II – conservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos; III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social; IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, além do respeito a diversidade étnica e racial e cultural da população; V – a produção de conhecimento e o acesso à informação; e VI – a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País.

Segundo Peixoto et al. (2014) é de suma importância identificar as famílias mais vulneráveis à insegurança alimentar e compreender suas causas e efeitos, esses conhecimentos são fundamentais para encontrar formas viáveis de solução do problema.

Diante disto, é visto que o direcionamento das pautas para as ações brasileiras está voltado para grupos que se enquadrem em situações de vulnerabilidade, ao qual estão incluídos tanto povos indígenas, povos e comunidades tradicionais.

Estima-se que no Brasil, atualmente, existem cerca de 817.963 pessoas que são ou se consideram indígenas (IBGE, 2010). Desse total, 0,23% residem no Rio Grande do Norte. Parte desse índice encontra-se na comunidade indígena Mendonça do Amarelão, situada em João Câmara (RN), distante 95 km da capital do estado. Tendo em vista que os povos indígenas apresentam um quadro de vulnerável de segurança alimentar mais grave (>70%) do que comparada a população não indígena (22,6%), devido ao acesso restrito a alimentos em quantidade e qualidade, e que essa situação é assunto secundário nas decisões governamentais do estado e de pouco conhecimento pela população em geral (Calazans et., al).

A partir de um levantamento feito por profissionais da área da saúde junto ao CONSEA, foi constatado por meio de uma análise de caso na comunidade indígena do Amarelão a existência de um significativo percentual de pessoas que estavam em situação de insegurança alimentar, com isso teve início uma parceria em um projeto multidisciplinar na Comunidade indígena do Amarelão com a finalidade de trazer atividades e tecnologias que visem reduzir esse percentual de insegurança alimentar na comunidade.

Com isso o presente trabalho tem o objetivo de mostrar as informações obtidas na Comunidade Indígena Mendonça do Amarelão a cerca de uma avaliação feita das produções locais da comunidade, em animais e vegetais e, a partir das informações, sugerir técnicas para aperfeiçoar e aprimorar as produções familiares, e assim garantir sua segurança alimentar.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Visto que o grau de insegurança alimentar e nutricional dos povos indígenas que residem em território potiguar é pauta secundária do Estado, da mesma maneira que não há pesquisas relacionadas no Rio Grande do Norte. Como verificado pelas profissionais da saúde junto ao CONSEA, parceiros no projeto atual na Comunidade Mendonça do Amarelão, por meio de uma análise de caso na Comunidade indígena Sagi-Trabanda e constatação de alta prevalência de insegurança alimentar, foi dado o passo primordial para a mesma averiguação em outras comunidades indígenas do estado, comprovando análoga necessidade alimentar avaliada outrora.

A partir desta pesquisa, iniciou-se o projeto multidisciplinar na Comunidade Mendonça do Amarelão envolvendo vertentes na área da saúde, administração e ciências agrárias, juntamente ao CONSEA com o propósito de executar atividades e implantar tecnologias sociais de modo a minimizar o grau de insegurança alimentar verificado na comunidade.

Deste modo, o estudo referente à contribuição das ciências agrárias no projeto foi realizado na comunidade indígena Mendonça do Amarelão, localizada no município de João Câmara, interior do estado do Rio Grande do Norte, mediante

visitas aos quintais produtivos para o avaliação dos sistemas agroalimentares na comunidade, ocorreram nos meses de novembro e dezembro de 2018, intermediadas por Dona Ivoneide (uma das lideranças indígenas da comunidade), juntamente à Kaline, ambas moradoras e membros da Associação Comunitária do Amarelão (ACA), Jean Pierre, membro do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte (CONSEA/RN) e do Serviço de Assistência Rural (SAR), professora Nila Patrícia, do Departamento de Nutrição e professora Dinara Calazans, do Departamento de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A primeira visita iniciou com a apresentação dos grupos participantes do projeto e exposição da motivação à realização do mesmo aos que estavam presentes na associação comunitária. A reunião teve a participação de moradores e grupos representantes da comunidade, que se propuseram a participar e colaborar com o desenvolvimento das ações. Naquele momento foram definidos os quintais produtivos para visitas, reconhecimento da realidade local e avaliação dos recursos disponíveis.

A coleta de dados foi realizada através de perguntas abertas sobre o tipo de produção, destino da produção, fonte de água e recursos utilizados. Cinco famílias foram visitadas, sendo essas as que já desenvolviam alguma atividade agrícola: Seu Chagas, Raíssa, Dona Ivoneide, Chiquinha e Damiana. Não foram realizados levantamentos do perfil dos entrevistados, pois esses dados já haviam sido coletados no Censo comunitário executado pela própria Associação Comunitária.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Alguns pontos foram destacados e analisados com maior ênfase durante as visitas para posterior diagnóstico a respeito dos sistemas agroalimentares já existentes nos quintais produtivos e quais tecnologias passíveis de serem implantadas nos mesmos.

Dentre estes, no quesito comercialização, foi constatado que apenas a moradora Damiana comercializa semanalmente suas hortaliças na feira e na comunidade, os demais produzem para consumo próprio e ocasionalmente há

alguma venda na comunidade. Quanto a fonte de água na comunidade, os moradores destacaram que um dos grandes desafios enfrentados é a falta de água utilizada tanto para uso domiciliar quanto para fornecimento aos animais e irrigação das hortas. Essa é proveniente de poço (água salobra) ou da cisterna (água doce) que é abastecida com água da prefeitura para quem é beneficiário ou comprada com recurso próprio e, no período chuvoso com água da chuva, travando um grande impasse para o estabelecimento de um sistema de produção agrícola.

A respeito dos animais e a alimentação destes, na maioria dos quintais eram criadas aves (galinhas), poucas exceções criavam outras espécies como ovinos e caprinos, voltando nosso foco à sistemas que incluam galinhas. A alimentação destas tem como base as sobras da alimentação humana e raramente é oferecido algum tipo de ração, sendo apenas o Sr. Chagas, que planta milho e mandioca e utiliza na alimentação das aves.

Acerca das anotações dos dados, no controle zootécnico que é a simples anotação dos dados referente à produção (custos com alimentação, materiais, medicamentos, número de ovos, número de pintinhos, galinhas) que permite ao produtor rural ou o técnico ter uma organização e conhecimento do que é produzido, incluindo todas as técnicas de manejo realizadas, foi observado que estas informações ficam apenas na memória de cada produtor, não estando anotadas em caderno ou outro meio físico, dificultando o acompanhamento e gerenciamento da atividade.

Com relação às instalações, em quase todos os quintais as galinhas permanecem soltas nas dependências dos quintais individuais ou adjacentes, não possuem comedouro, bebedouro ou local específico para colocar os ovos. Os canteiros para as hortas, nas duas moradoras que as possuem cercas e a irrigação é manual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As visitas aos quintais nos permitiram observar a realidade local para que, daqui por diante, possamos fazer as devidas sugestões e adaptações com base nas

análises feitas. Após o levantamento das informações com os produtores e produtoras avaliamos os desafios e oportunidades encontradas na comunidade e propomos desenvolver um sistema integrado de produção de aves e hortaliças, pelo fato da maioria das famílias possuírem criação de galinhas em sistema caipira e produção de hortaliças. Neste sistema é possível obter alimentos de forma sustentável, associando a produção de ovos, galinhas e hortaliças.

Iremos utilizar os recursos disponíveis na comunidade para construção das instalações e recursos financeiros junto a Escola Agrícola de Jundiá/UFRN e Pró-Reitoria de Extensão/UFRN, aproveitando os elementos ambientais locais (água, terra, sol, vento e vegetação nativa) e as criações animais das próprias pessoas interessadas, reutilizando a água de uso doméstico e reciclando nutrientes a partir dos excrementos dos animais e da compostagem. A ideia é construir um sistema modelo em um dos quintais produtivos e outro na cozinha comunitária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Janylle Araújo; SANTOS, Amaury Silva. Fatores associados ao risco de insegurança alimentar e nutricional em famílias de assentamentos rurais. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Cristóvão Se, p.479-488, abr. 2016.

BEZERRA, Thaíse Alves; OLINDA, Ricardo Alves de. Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Campina Grande, v. 2, n. 22, p.637-651, fev. 2017.

LEI DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Brasília – Df: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2019. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/pagina/lei_11346-06.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

PEIXOTO, Maria do Rosário Gondim et al. Insegurança alimentar na área de abrangência do Núcleo de Apoio à Saúde da Família em Itumbiara, Goiás. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [s.l.], v. 23, n. 2, p.327-336, jun. 2014. Instituto Evandro Chagas. <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742014000200014>.

IBGE (Org.). **Distribuição da população autodeclarada indígena no território brasileiro**. 2010. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>>. Acesso em: 11 abr. 2019.